



AVALIAÇÃO UNIFICADA

CADERNO DE QUESTÕES

INSTRUÇÕES

- Você está recebendo o CADERNO DE QUESTÕES e a FOLHA DE RESPOSTA.
- Para cada questão há somente uma alternativa correta. Assinale na folha de respostas a alternativa que julgar correta.
- Não é permitido nenhum tipo de consulta, incluindo Calculadoras e Códigos Jurídicos.
- O cartão de resposta não será substituído em hipótese alguma.
- Tempo máximo para entrega da prova: 2 horas
- Tempo mínimo para entrega da prova: 1 hora

CURSO/PERÍODO

DIREITO - 6º PERÍODO - DATA: 23/11/2015.

GABARITO RASCUNHO

01	A	B	C	D
02	A	B	C	D
03	A	B	C	D
04	A	B	C	D
05	A	B	C	D
06	A	B	C	D
07	A	B	C	D
08	A	B	C	D
09	A	B	C	D
10	A	B	C	D
11	A	B	C	D
12	A	B	C	D
13	A	B	C	D
14	A	B	C	D
15	A	B	C	D
16	A	B	C	D
17	A	B	C	D
18	A	B	C	D
19	A	B	C	D
20	A	B	C	D
21	A	B	C	D
22	A	B	C	D
23	A	B	C	D
24	A	B	C	D

Disciplina: Direito do Trabalho IV
Prof: Alexandre Chibante

Questão 01

(Analista judiciário – TRT/1ª R. – 2012 - FCC, modificada) Em relação às normas coletivas de trabalho é correto afirmar:

- a) Convenção Coletiva de Trabalho é o acordo de caráter normativo pelo qual um único sindicato estipula condições de trabalho aplicáveis, no âmbito da empresa ou das empresas acordantes, às respectivas relações de trabalho.
- b) Não será permitido estipular duração de Acordo Coletivo de Trabalho ou Convenção Coletiva de Trabalho superior a quatro anos.
- c) São entes sindicais os Sindicatos, as Federações e as Confederações.
- d) Somente os Sindicatos poderão celebrar Convenções Coletivas de Trabalho para reger as relações das categorias a elas vinculadas.

Questão 02

(Técnico judiciário – TRT/11ª R. – 2012 - FCC, adaptada) Sobre segurança e medicina do trabalho, nos termos da legislação trabalhista pertinente, considere as seguintes assertivas:

- I. O empregador designará, anualmente, dentre os seus representantes, o Presidente da CIPA e os empregados elegerão, dentre eles, o Vice-Presidente.
- II. Em regra, o mandato dos membros eleitos da CIPA terá a duração de um ano, permitida uma reeleição.
- III. A empresa é obrigada a fornecer aos empregados, gratuitamente, equipamento de proteção individual – EPI – adequado ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento, sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra riscos de acidentes e danos à saúde dos empregados.
- IV. Será obrigatório exame médico, por conta do empregado, nas condições estabelecidas no art. 168 da CLT, e nas instruções complementares a serem expedidas pelo Ministério do Trabalho: I. na admissão; II. Na demissão e III. Periodicamente.

Estão corretas APENAS:

- a) I, II e IV.
- b) I e II;
- c) I, II e III;
- d) I e III.

Questão 03

(Analista judiciário – TRT/9ª R. – 2012 – FCC, adaptada) De acordo com o previsto na Lei nº 7.783/1989 (Lei de Greve), em relação à greve em serviços ou atividades essenciais, é INCORRETA a afirmação:

- a) São considerados serviços ou atividades essenciais, entre outros, transporte coletivo; captação e tratamento de esgoto e lixo; telecomunicações; processamento de dados ligados a serviços essenciais;
- b) Os sindicatos, os empregadores e os trabalhadores ficam obrigados de comum acordo, a garantir, durante a greve, a prestação dos serviços indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.
- c) São considerados serviços ou atividades essenciais, entre outros: assistência médica e hospitalar; funerário; controle de tráfego aéreo; compensação bancária.
- d) As entidades sindicais ou os trabalhadores, conforme o caso, ficam obrigados a comunicar a decisão aos empregadores e aos usuários com antecedência mínima de 48 horas da paralisação.

Questão 04

Com relação à Lei nº 7.347/1985 (que disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e dá outras providências) e compõe o microsistema de tutela coletiva, é correto afirmar que:

- a) O Ministério Público, se não intervier no processo como parte, atuará obrigatoriamente como fiscal da lei.
- b) Em caso de desistência infundada ou abandono da ação por associação legitimada, o Ministério Público ou outro legitimado não podem assumir a titularidade ativa.
- c) Se decorridos vinte dias do trânsito em julgado da sentença condenatória, sem que a associação autora lhe promova a execução, os autos serão arquivados definitivamente, já que nenhuma entidade pode promover a execução.
- d) Somente o Ministério Público e a Defensoria tem legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar.

Disciplina: Direito Civil – Dos Contratos I Prof ^a .: Érica Cristina Molina

Questão 05

(TRT – 23 Região – MT – 2015) Luiz Henrique emprestou a Cláudio, sem nenhum ônus, obra de arte assinada pelo respectivo autor, a qual ficou exposta na sala de sua residência. A residência, durante uma tempestade, foi atingida por um raio e se incendiou. Durante o incêndio, Cláudio houve por bem salvar outras obras de arte, de sua propriedade, por possuírem maior valor. Considerada a situação descrita, analise:

- I. O contrato celebrado entre Luiz Henrique e Cláudio chama-se comodato, o qual tem por objeto bem infungível, como é o caso da obra de arte assinada pelo respectivo autor.
- II. O empréstimo de bem fungível ou infungível é um contrato de natureza real, perfazendo-se com a entrega do objeto.
- III. Cláudio não será obrigado a indenizar Luiz Henrique pelo perecimento da obra de arte, tendo em vista que o caso fortuito e a força maior afastam o nexo de causalidade, o qual é pressuposto para a responsabilização civil.
- IV. Independentemente do dever de indenizar, Cláudio poderá recobrar de Luiz Henrique as despesas feitas com o uso e gozo da coisa emprestada.

Está correto o que consta APENAS em:

- (a) III e IV.
- (b) I e III.
- (c) I e II.
- (d) II e IV.

Questão 06

(SEFAZ – PE – 2015) No contrato de empréstimo, distinguem-se o mútuo e o comodato porque

- (a) Este tem por objeto coisa infungível e é necessariamente gratuito, enquanto aquele tem por objeto coisa fungível e é necessariamente oneroso.
- (b) Aquele tem por objeto coisa infungível, sendo necessariamente gratuito, enquanto este tem por objeto coisa fungível, sendo necessariamente oneroso.
- (c) Ambos são necessariamente gratuitos, contudo aquele tem por objeto coisa fungível e este tem por objeto coisa infungível.
- (d) Aquele tem por objeto coisa fungível, podendo ser gratuito ou oneroso e este tem por objeto coisa infungível e é necessariamente gratuito.

Questão 07

(TRE-AP - Analista Judiciário)_Mário celebrou contrato de mútuo com Hortência emprestando-lhe a quantia de R\$ 15.000,00 em dinheiro. Segundo as normas estabelecidas pelo Código Civil brasileiro, considerando que Mário e Hortência não convencionaram expressamente o prazo do mútuo, este será de pelo menos

- (a) quarenta e cinco dias.
- (b) quinze dias.
- (c) trinta dias.
- (d) sessenta dias.

Questão 08

(FGV – 2010) Leônidas, brasileiro, solteiro, efetua o empréstimo de imóvel da sua titularidade situado na rua Henrique Valgas 205, Florianópolis/SC a Crésicio, brasileiro, empresário, pelo prazo de dois anos, mediante ajuste verbal. No curso desse período, Leônidas é acometido de doença neurológica incapacitante, vindo a ser representado pelo seu curador Esculápio que, logo ao assumir o encargo, comunica o fato ao comodatário, verbalmente, e solicita a devolução do bem, tendo em vista que, apesar de ter requerido a continuação da avença, não obteve decisão favorável do Juiz titular da Vara Orfanológica local, inclusive com parecer nesse sentido, do membro do Ministério Público estadual. Diante do exposto, analise as afirmativas a seguir.

I. Os bens sujeitos a curatela somente podem ser cedidos em comodato, mediante autorização especial.

II. Por ser contrato típico, o comodato somente pode ser realizado mediante contrato escrito, lavrado em Cartório de Notas.

III. A formalização do comodato é da sua essência, decorrendo dessa circunstância, a sua concretização pelo modo escrito.

Assinale:

- (a) se somente a afirmativa I for verdadeira.
- (b) se somente a afirmativa II for verdadeira.
- (c) se somente a afirmativa III for verdadeira.
- (d) se somente as afirmativas I e III forem verdadeiras.

Disciplina: Direito Processual Civil II Profª: Christiano Vitagliano

Questão 09

Quando o juiz não o determinar de ofício, compete a cada parte requerer o depoimento pessoal da outra, a fim de interrogá-la na audiência de instrução e julgamento.

Quanto à afirmação acima é INCORRETO afirmar:

- a) Se a parte intimada não comparecer, ou comparecendo, se recusar a depor, o juiz lhe aplicará a pena de confissão real.
- b) A parte será intimada pessoalmente, constando do mandado que se presumirão confessados os fatos contra ela alegados, caso não compareça ou, comparecendo, se recuse a depor.
- c) O interrogatório é determinado de ofício pelo magistrado e o depoimento pessoal ocorre quando as partes o requerem.
- d) A confissão é uma consequência processual.

Questão 10

O depoimento pessoal é relevante meio prova, pois visa a confissão, a qual deve ser analisada com o conjunto probatório, mas se diferencia do interrogatório.

Quanto aos institutos acima é incorreto afirmar:

- O juiz pode, de ofício, em qualquer estado do processo, determinar o comparecimento pessoal das partes, a fim de interrogá-las sobre os fatos da causa, o que se denomina interrogatório.
- Quando o juiz não o determinar de ofício, compete a cada parte requerer o depoimento pessoal da outra, a fim de interrogá-la na audiência de instrução e julgamento.
- O interrogatório é importante instrumento processual probatório facultado à parte para buscar a confissão.
- O advogado que patrocinar o autor não pode fazer perguntas para o seu patrocinado durante o depoimento pessoal desse.

Questão 11

Durante a audiência se busca a confissão que pode ocorrer de forma real ou ficta, esse meio de prova já foi denominado a rainha das provas, o que não se aceita hodiernamente.

Quanto aos institutos acima é incorreto afirmar

- Há confissão, quando a parte admite a verdade de um fato, contrário ao seu interesse e favorável ao adversário. A confissão é judicial ou extrajudicial.
- A confissão judicial necessariamente é espontânea. Da confissão espontânea, tanto que requerida pela parte, se lavrará o respectivo termo nos autos; a confissão provocada constará do depoimento pessoal prestado pela parte.
- A confissão espontânea pode ser feita pela própria parte, ou por mandatário com poderes especiais.
- A confissão judicial faz prova contra o confitente, não prejudicando, todavia, os litisconsortes.

Questão 12

O juiz, considerando seu poder instrutório, pode ordenar que a parte exiba documento ou coisa, que se ache em seu poder.

Assinale a alternativa incorreta:

- O pedido formulado pela parte conterà necessariamente de acordo com o CPC, tão somente: a individualização, tão completa quanto possível, do documento ou da coisa; a finalidade da prova, indicando os fatos que se relacionam com o documento ou coisa.
- O juiz não admitirá a recusa: se o requerido tiver obrigação legal de exibir; se o requerido aludiu ao documento ou à coisa, no processo, com o intuito de constituir prova; se o documento, por seu conteúdo, for comum às partes.
- Ao decidir o pedido, o juiz admitirá como verdadeiros os fatos que, por meio do documento ou da coisa, a parte pretendia provar: se o requerido não efetuar a exibição, nem fizer qualquer declaração no prazo nos 5 (cinco) dias subseqüentes à sua intimação; se a recusa for havida por ilegítima.
- Se o terceiro negar a obrigação de exibir, ou a posse do documento ou da coisa, o juiz designará audiência especial.

Disciplina: Direito Constitucional IV

Prof: Mário Cesar

Questão 13

O Presidente da República possui normas constitucionais específicas que definem a sua responsabilidade política e criminal. No caso da caracterização de cometimentos de crimes comuns (infrações penais comuns) pelo ocupante do mais alto cargo do Estado, poderá ficar suspenso do exercício das funções:

- se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal; nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pelo Senado Federal.

- b) apenas depois de julgamento pelo Supremo Tribunal Federal; nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pelo Senado Federal.
- c) apenas depois de julgamento pelo Supremo Tribunal Federal; nos crimes de responsabilidade, apenas após o julgamento do processo pelo Senado Federal.
- d) e nos crimes de responsabilidade depois de recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal.

Questão 14

Os tribunais do país estão, em regra, sujeitos em sua composição ao chamado quinto constitucional, que vem a ser o preenchimento de um quinto de seus cargos distribuídos igualmente entre advogados e membros do Ministério Público. Configuram EXCEÇÕES ao quinto constitucional:

- a) Superior Tribunal de Justiça e Tribunais Regionais Federais.
- b) Tribunal Superior do Trabalho e Tribunal Superior Eleitoral.
- c) Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Tribunal Superior Eleitoral.
- d) Tribunais Regionais Federais e Tribunais de Justiça.

Questão 15

Aos magistrados foram impostas algumas vedações que consistem em impedimentos constitucionais que visam a dar-lhes melhores condições de imparcialidade, representando, assim, uma garantia para os litigantes em geral. Nesse contexto, consoante dispõe a Constituição da República de 1988, é vedado aos juízes:

- a) exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério;
- b) dedicar-se à atividade político-partidária, exceto como candidato a cargo eletivo;
- c) acumular, no mesmo mês, função eleitoral com função judicante estadual;
- d) exercer, em qualquer hipótese, advocacia após aposentadoria;

Questão 16

Com relação à responsabilidade do Presidente da República, dispõe a Constituição Federal que, admitida a acusação por:

- a) dois terços do Congresso Nacional, será submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante a Câmara dos Deputados, nos crimes de responsabilidade.
- b) dois terços da Câmara dos Deputados, será submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.
- c) maioria absoluta da Câmara dos Deputados, será submetido a julgamento perante o Superior Tribunal de Justiça, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.
- d) maioria absoluta do Congresso Nacional, será submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.

É necessário cuidar da ética para não anestesiarmos a nossa consciência e começarmos a achar que tudo é normal. (Mario Sergio Cortella)